

## **A Greve Nacional da Educação, como importante instrumento de luta, mostra sua força e exige que o governo negocie!**

A greve docente, iniciada a nível nacional no dia 15 de abril, chega ao 52º dia com a adesão de 62 instituições federais de ensino. Na UFF, a greve, iniciada no dia 29 de abril, soma assembleias, seminários, atos unificados e diversas atividades descentralizadas, ocupando a universidade e as ruas. Nesse momento, é necessário fazer uma reflexão sobre o quanto caminhamos e onde nos encontramos.

Apesar do Ministério da Educação demonstrar acordo com parte de nossa pauta sobre o revogação, nenhuma dessas demandas andou, mesmo aquelas que competem exclusivamente ao poder Executivo. Por outro lado, no dia 10 de maio, como fruto de nossa mobilização, o ministro Camilo Santana anunciou uma recomposição de R\$347 milhões para o orçamento das universidades e institutos federais, montante ainda muito distante dos R\$2,5 bilhões demandados pela Andifes para que as instituições possam fechar o ano. Além disso, a pressão da greve levou o governo a marcar uma reunião com reitores e reitoras para o dia 10 de junho, deixando explícita a necessidade de discutir a grave situação em que se encontram as universidades e os institutos federais.

A greve também conseguiu arrancar reuniões importantes do sindicato com o governo. No dia 27 de maio, houve uma reunião com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Chamada de “Ato de Assinatura do Termo de Acordo”, esta reunião foi conturbada e marcada por uma postura ríspida e intransigente do governo que afirmou que não haveria mais negociação. Esse dia culminou com a assinatura de um acordo fajuto entre o governo e uma entidade cartorial, sem legitimidade sindical. A pressão do movimento grevista conseguiu uma nova reunião para o dia 03 de junho, em que o governo, apesar de mostrar uma postura menos ríspida, continuou intransigente em relação às negociações, afirmando que as mesmas teriam chegado ao seu limite e informando não ter nenhuma novidade ou qualquer outra posição sobre a contraproposta apresentada pelos docentes, tentando novamente encerrar as atividades de negociação. Diante dessa postura, os representantes dos comandos de greve do ANDES e do SINASEFE ocuparam o prédio do MGI como forma de garantir a continuidade das negociações. Essa brava atitude dos companheiros (as) fez com que o governo recuasse, marcando uma nova reunião para o dia 14 de junho.

Ao mesmo tempo, a Greve Nacional da Educação se torna alvo de disputas políticas. A imprensa busca se aproveitar do movimento paredista para tentar vender outra vez seu velho receituário neoliberal: desfinanciamento das universidades, flexibilização de seu caráter público e gratuito e concessões à iniciativa privada. Atores da extrema-direita também fazem movimentações para surfar na greve, a exemplo da ação oportunista do bolsonarista que preside a Comissão de Educação da Câmara. Essas iniciativas em nada se confundem com o pleito da greve, que segue na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nosso movimento é prova de nossa força: estamos vivos e incomodando. E o mais importante: não seremos pautados!

A greve dá sinais de sua força e se torna pauta no parlamento. São sinalizações explícitas desse cenário a assinatura de uma carta em apoio à greve federal por parte de 39 deputados e deputadas federais, bem como a participação das deputadas Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Dandara Tonantzin (PT-MG) na última mesa de negociação com o governo. As deputadas pressionaram o MGI pela reabertura das negociações e apontaram caminhos factíveis para o atendimento de nossas demandas, como um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), de iniciativa exclusiva do poder Executivo, que poderia definir um reajuste salarial ainda esse ano, saindo da postura intransigente do reajuste ZERO para 2024. Fica evidente que o governo federal tem espaço para negociar. Mas será que tem vontade?

A greve chega a um momento crucial, que demanda a soma de nossas forças como forma de pressionar o governo e o Congresso e avançar definitivamente em direção a um reajuste salarial ainda em 2024, a uma recomposição orçamentária eficaz e à revogação das medidas antidemocráticas e antissindicais dos governos Temer-Bolsonaro. Pela valorização da educação pública, seguimos na luta!

**Comando Local de Greve ADUFF-SSind**  
6 de junho de 2024